

Turismo, espaço e paisagem – Leituras do ambiente urbano Tourism, space and landscape – Urban environmental analysis

Nunes, Caroline P.
Santiago, Alina G.
Rebollo Squera, Jorge H.

Departamento de Arquitetura/UFSC
88040-900 Florianópolis SC
lola_pieper@yahoo.com.br
alina@arq.ufsc.br
rsqjorge@terra.com.br

RESUMO : A Ilha de Santa Catarina tem sido palco de um significativo crescimento na sua ocupação, fato que contribui para a degradação do seu ambiente e paisagem, despertando questionamentos a respeito de possíveis inadequações do Plano Diretor. Neste estudo, pretende-se avaliar se realmente existem incorreções, bem como indicar um caminho para a sua melhor adequação.

Utilizando cálculos baseados nos índices de densidades demográficas definidos no Plano Diretor de Florianópolis/SC, excluindo-se as áreas de APL (maiores restrições quanto à ocupação) obtém-se a previsão de altos números de habitantes, porém densidades relativamente baixas em relação ao território a ser ocupado, tanto na Ilha de forma geral como em cada distrito em particular.

Verifica-se que a densidade demográfica média calculada não condiz com a realidade. A Ilha com seu relevo irregular, ecossistemas frágeis e diversificados, e limites impostos pela própria insularidade, requer um estudo particularizado e detalhado, considerando as demandas ambientais locais e culturais.

Palavras Chave: Ilha de Santa Catarina, ecossistemas insulares, espaço, paisagem, turismo, degradação ambiental, Plano Diretor, índice densidade demográfica.

ABSTRACT : The Isle of Santa Catarina has been scenery of a meaningful growth in its occupation, fact that contributes to its environment and landscape degeneration, bringing up questions with regards to the possibility of inadequacies inserted in the Master Plan. This paper intends to verify whether there are incorrections, as well as propose a way out to a better adequacy.

Calculations of demographic densities, based on the rates defined in the Master Plan of Florianópolis/SC were utilized. Excluded APL areas (more restrictive in relation to its occupation) it is obtained a large amount of inhabitants, but a low populational density, as much in the Isle in a general way as in the districts particularly.

Thus, it is verified that the demographic density average calculated does not reflects the reality. The Island's territory, with its irregular relief, fragile ecosystems, and limits imposed by its condition as an island, requires a closer and detailed study, considering the environmental, cultural and local demands.

Keywords: Isle of Santa Catarina, insular ecosystems, space, landscape, tourism, environmental degeneration, Master Plan, demographic density rate.

INTRODUÇÃO

A Ilha de Santa Catarina pertence ao município de Florianópolis, capital de Santa Catarina. A escolha do local não se deve só às suas características biogeográficas singulares e vocação ao turismo, mas também à crescente urbanização que vem sofrendo nos últimos anos. Essa urbanização, quando não acompanhada por um planejamento eficaz, produz áreas de densidade demográfica muito alta, enquanto em outras permanecem grandes vazios urbanos.

Este cenário traz danos à paisagem, à qualidade de vida, e ao meio ambiente local, ainda agravado com o aumento de população proveniente da atividade turística principalmente em alta temporada. Este cenário atual nos leva a indagar se a legislação vigente, ou seja, o Plano Diretor através dos zoneamentos é adequado à realidade e à configuração espacial e ambiental da Ilha de Santa Catarina. Este estudo investiga métodos e ferramentas que permitam a análise da situação atual do Plano Diretor de Florianópolis em relação às áreas prescritas no zoneamento e seus respectivos índices de densidade demográfica. A previsão da ocupação máxima na ilha, em número total de habitantes, e de densidade demográfica média são elementos que nos permitem contrapor à previsão de adensamento urbano divulgado pelo órgão de planejamento municipal. A partir do índice de densidade demográfica média é possível analisar a forma de distribuição desses habitantes no território (homogênea ou heterogênea), de acordo com a previsão do Plano Diretor, e verificar a sua adequação.

Para melhor compreensão dos temas relacionados nesta pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de criar uma base teórica sobre a qual os dados obtidos e os mapas confeccionados possam ser analisados. Priorizaram-se as seguintes palavras-chaves: Ilha de Santa Catarina, paisagem, turismo, degradação ambiental, Plano Diretor e Índice Densidade Demográfica.

ECOSSISTEMAS INSULARES: O CASO DA ILHA DE SANTA CATARINA

Uma ilha é uma extensão de terra cercada de água por todos os lados. Sua [etimologia latina](#), insula, originou o adjetivo insular. Em um território insular a forte relação com as águas na qual está inserido não é somente uma característica marcante do ponto de vista visual e cênico, apesar de ser inegável que a junção dos elementos presentes neste tipo de espaço criam paisagens de beleza singular. Porém ainda mais ricos e diversificados são os ecossistemas que surgem advindos desse contato terra – mar : florestas de encosta, matas de planície, manguezais, banhados, estuários, campos de dunas, lagoas, lagunas, praias, promontório, costões, restingas e morros. Essa variedade de ambientes e o frágil e complexo equilíbrio entre eles conferem à condição insular características biogeográficas bastante peculiares.

Nessa situação encontra-se a Ilha de Santa Catarina entre as latitudes 27°22" e 27°50" tem uma área de aproximadamente 423 km² e direção geral NE – SW" (SANTIAGO, 1995). Pela sua configuração geográfica – uma extensão dos grandes traços geológicos continentais – é classificada como ilha continental. É separada da porção continental por duas baías, Norte e Sul, formando assim um grande ambiente estuarino (mistura de água doce e salgada), e também diversas áreas de manguezais, ambos ambientes com biodiversidade indiscutivelmente importante. Ainda coexistem na Ilha ecossistemas de Mata Atlântica, vegetação litorânea de praias e dunas, banhados, florestas de encostas, costões rochosos, cordões arenosos que criaram as duas maiores lagoas da Ilha: a Lagoa da Conceição (água salobra) e a Lagoa do Peri (água doce). Em poucos locais é possível encontrar tal gama de habitats de forma tão concentrada como é o caso de Florianópolis, o que a torna um exemplar digno de cuidado e consideração quanto ao seu uso.

A condição insular, sendo um dos fatores responsáveis pela diversidade de ambientes, apresenta-se também como um problema, representando sérias limitações físicas naturais à ocupação humana. Para evitar-se a deterioração do meio ambiente bem como da qualidade de vida na Ilha de Santa Catarina esses limites impostos pela insularidade devem ser seriamente considerados.

ESPAÇO E PAISAGEM

Na Ilha de Santa Catarina e em qualquer local que ofereça condições suficientes à ocupação humana, o homem tem se apropriado do espaço de diversas maneiras, buscando criar condições favoráveis ao seu desenvolvimento, de suas atividades e de seus ideais, seja visto que todas as atividades humanas requerem um espaço reconhecido. "Estabelecendo valores e significados ao espaço o homem o transforma em "lugar" (YI-FU, 1983).

Ao estabelecer seus próprios valores e significados aos locais que ocupa, o ser humano inevitavelmente os transforma, imprime nos elementos nativos da localidade a sua marca, seja modificando-os ou criando novos elementos e introduzindo-os no ambiente original, o que, como consequência, cria novas relações e dinâmicas.

A interação do homem e do ambiente natural resulta na criação da paisagem, um conjunto de características relacionadas entre si que conferem o diferencial de cada localidade. O processo de criação da paisagem não é de forma alguma estático, mas acompanha a evolução da sociedade. Segundo Leite (1992,1) “aos muitos lugares e elementos que compõem uma paisagem são atribuídos valores específicos que mudam constantemente, acompanhando a evolução dos padrões culturais. Estes são, por sua vez, fortemente enraizados nos processos naturais de cada lugar ou região, isto é, a natureza e a cultura juntas como processos interagentes, conferem forma e individualidade aos lugares. Os ritmos de produção, transporte e consumo, por exemplo, interagem com os ritmos climático, hidrológico e biológico para moldar uma Paisagem, cujos padrões de produção e utilização variam de acordo com o contexto específico da sociedade”.

Na cidade fazem parte dos elementos que compõem a chamada paisagem urbana, considerando o aspecto visual e cênico, os elementos naturais, nativos do local e que foram preservados em sua forma original, e a chamada paisagem construída, ou seja, os elementos introduzidos, criados ou modificados por ação humana. A combinação desses elementos pode ser chamada de arquitetura da paisagem.

Sendo que a esta arquitetura da paisagem acaba por representar cênica, sensível e visualmente a identidade de um local, essa imagem acaba muitas vezes adquirindo um valor de troca, uma mercadoria a ser comercializada, principalmente se vinculada à natureza e suas belezas, e o turismo se encarrega da fabricação e comercialização dessa paisagem.

Lefebvre (1991) afirma que a cidade tem se tornado um espaço do mal estar, da poluição, das doenças, “da fadiga, da agitação” do estresse, gerou a aspiração à natureza (ou retorno à natureza), e às situações de lazer e entretenimento idealizadas pelos que a buscam. Impulsionado por essa busca o turismo tem se especializado em se apropriar dos espaços naturais e manipulá-los, a fim de criar as paisagens idealizadas pelos turistas, os cenários onde estes possam desfrutar das belezas naturais sem submeterem-se à aspectos adversos à vida humana, como as intempéries (natureza idealizada).

A Ilha de Santa Catarina encaixa-se muito bem nesse perfil, possuindo uma clara vocação à atividade turística e sendo um local bastante procurado (de forma mais intensa nos meses quentes do ano), acaba por sofrer alguns impactos e transformações no seu meio ambiente e em sua paisagem. Alguns bons, outros ruins. Alguns temporários, outros permanentes.

TURISMO E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Várias são os conceitos usados para descrever o turismo, porém a definição aceita do ponto de vista formal é dada pela Organização Mundial de Turismo (OMT): “Soma de relações e de serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais.” (De la Torre 1992, p.19). Fuster (1973) completa dizendo que o “Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar para atender às correntes (...). Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infra-estrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propaganda”.

Santiago (1995) completa salientando os efeitos negativos e positivos produzidos nas populações receptoras. Apesar de muitas vezes passar uma imagem deturpada da realidade, é inegável que o turismo possui importantes aspectos positivos, como, por exemplo, o incremento na economia da região e a sua valorização, bem como o lazer e descanso pessoal para o turista; por outro lado pode trazer problemas de ordem cultural (com o processo de criação de complexos e infra-estrutura para as atividades turísticas, aspectos da cultura local muitas vezes são suprimidos ou manipulados como produto a ser vendido ao turista, desviando assim sua essência) de ordem social (atividades turísticas voltadas a pessoas de renda mais alta, o que acaba excluindo a maioria da população local, criação de subempregos ou empregos temporários) e principalmente de ordem ambiental. Entre os problemas ambientais podemos citar o desmatamento, aterramento e assoreamento para a implantação de complexos turísticos, poluição das

águas e ar, ocupações em áreas impróprias, etc (SANTIAGO,1995). Tratando-se de áreas localizadas em zonas costeiras a situação é ainda mais grave. Se as áreas de encontro entre terra, água e ar são por um lado ricas em ecossistemas e biodiversidade, são, por outro lado extremamente frágeis, e suscetíveis a qualquer alteração em seu meio ambiente.

O problema se agrava pelo fato de que as paisagens litorâneas são intensamente procuradas, não somente para o turismo, mas para moradia e instalação de importantes centros industriais. De acordo com Macedo (1991) “Atualmente mais da metade da população brasileira encontra-se assentada em uma distância inferior a 60 km do mar e nessa faixa estão também os mais importantes centros industriais do Brasil”, e essas ocupações são feitas, na sua maioria sem levar em consideração os impactos ambientais que podem causar em ambientes tão frágeis. A Ilha de Santa Catarina encontra-se nessa condição. Possuindo clara vocação à atividade turística, em épocas de alta-temporada, observa-se que a sua estrutura é inadequada para suportar, de forma sustentável, a grande demanda de pessoas que visitam a Ilha, como já constava SANTIAGO (1995).

Essa procura intensa deve-se ao fato da grande propaganda sobre a qualidade de vida no local. Quarteiro e Abdala (1998) relatam que Florianópolis “foi considerada, de acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pela Organização das Nações Unidas, em 1998, como a capital de melhor qualidade de vida do país. Conhecida pela exuberância de suas 42 praias, a capital catarinense nunca tinha figurado no ranking das dez melhores da ONU”. A influência da divulgação dessa imagem de excelência em termos de qualidade de vida foi tal que, atualmente, observa-se principalmente na porção insular da capital, um crescimento populacional bastante acelerado, em muitos casos de turistas que vem em busca das belezas naturais, diversão e descanso e acabam fixando moradia, incrementando o aumento populacional e a ocupação do território da ilha. Assim, se por um lado, o turismo representa uma das potencialidades mais concretas de Santa Catarina, por outro lado, ele assume uma característica predatória, desequilibrando o sistema natural e desestruturando as comunidades tradicionais.

A fim de evitar danos maiores à paisagem e ao meio ambiente da Ilha é necessário não somente um controle desse aumento populacional impulsionado pelo turismo, mas também uma maior preocupação com as formas de ocupação e com os lugares onde estas acontecem. Na ilha encontram-se desde bairros mais retirados com baixa densidade demográfica até balneários e centros com uma densidade populacional já além do que o ambiente é capaz de suportar. Portanto é importante planejar e organizar as formas de ocupação das áreas ainda disponíveis em Florianópolis, a fim de distribuir mais coerentemente populações, serviço e infra-estrutura, e colocá-las dentro de limites que permitam a manutenção de um desenvolvimento responsável na Ilha. Esse tipo de controle é feito sobretudo através da fiscalização pública, dos planos diretores, lei de zoneamento e da legislação urbana adequados.

O PLANO DIRETOR DE FLORIANÓPOLIS E O INDICADOR DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Toda cidade precisa planejar seu crescimento para o curto e médio prazo. O planejamento busca antecipar e projetar a ocupação organizada do solo antevendo os próximos 5 à 20 anos, lembrando que o Estatuto da Cidade prevê a revisão dezenal do plano diretor. Desta forma, são definidas regras e padrões para sua ocupação, com definição de áreas específicas para residências e para atividades que atendam as vocações do município - comércio, serviços, turismo, lazer e indústrias de tecnologia não poluentes, bem como taxas e índices que visam controlar qualitativa e quantitativamente o uso do território.

O Plano Diretor vigente na Ilha de Santa Catarina data de outubro de 1997. Além de considerar aproximadamente 42% da Ilha como Área de Preservação Permanente (APP), ele prevê tipos de usos e ocupações para todo o território restante. Para cada diferente tipo de área ocupável há um índice previsto de densidade populacional média, dado em habitantes por hectare (hab/ha). Esse índice torna-se um indicador importante, visto que a partir dele podem-se fazer projeções acerca do número total de habitantes da Ilha previsto na legislação, e compará-lo à realidade de hoje.

Esta comparação oferece dados para avaliar se as atuais leis de zoneamento e plano diretor estão coerentes e contribuindo para um desenvolvimento mais responsável, caso contrário encontram-se equivocadas e superdimensionadas, contribuindo assim para o aumento da ocupação caótica, e para o agravamento da degradação ambiental. Urge uma revisão e atualização dos parâmetros utilizados na elaboração dessas leis, não somente em termos de quantidade de habitantes, mas principalmente na forma de distribuição e organização destes no território. Todo tipo de legislação urbana que prevê a organização na ocupação de um território deve levar em consideração em impactos e mudanças causados

por esta ocupação, não somente em curto prazo, mais principalmente a médio e longo prazo. São ferramentas imprescindíveis para a manutenção da paisagem, de todos os elementos contidos nesta, bem como a qualidade das relações entre eles.

METODOLOGIA DE ANÁLISE DO PLANO DIRETOR

O mapa base utilizado na pesquisa foi obtido a partir de uma base cartográfica na escala de 1:10000 contendo as curvas de nível com intervalo de 10 metros, do ano de 2001, na qual foram feitas algumas correções. Terminadas estas correções foi acessado o site do Instituto de Planejamento de Florianópolis-IPUF (www.ipuf.sc.gov.br) na seção de pré-consulta de viabilidade, a fim de utilizar as pranchas do zoneamento da ilha.

Cada prancha copiada do site foi editada (recortes e ajustes de escala), para selecionar o zoneamento no mapa. As pranchas foram montadas e ajustadas para formar um mosaico da Ilha de Santa Catarina. Esse mosaico recebeu contornos sobre cada área em layer diferente, e um contorno geral das áreas consideradas passíveis de urbanização. A esse conjunto de contornos do zoneamento foi sobreposto o mapa de curvas de nível da ilha. As áreas receberam preenchimento em diferentes cores, para caracterizá-las, e por estarem em layers diferentes pode-se escolher quais delas aparecerão no mapa, de acordo o resultado a ser alcançado. Com essa base temos, a princípio, dois mapas a serem utilizados: um com o zoneamento completo da Ilha; e outro somente com as APP's, APL's e áreas urbanizáveis.

Após a confecção do mapa base foi calculada as áreas totais de cada tipo. Para tal, foi ativado somente o layer da área desejada e somando o valor da área de cada polígono pertencente ao layer em questão. Do resultado obtido, foi calculada a porcentagem do território pertencente a cada área em relação à área total da Ilha. Obteve-se o território de cada área em km², utilizando como referência o valor de 424,4 km² para a área total da Ilha (IPUF-2002). O valor de cada área em km² foi transformado em hectares (ha) e foram calculados os valores de densidades médias (Hab/Ha) segundo o plano diretor, e presentes na tabela de limites de ocupação. Esses valores de densidades médias multiplicados pelo número de hectares de suas áreas correspondentes, resultaram em um número total de habitantes por área. A soma dos totais de todas as áreas indica um número total habitantes para a toda a Ilha, previsto pelos limites de ocupação do atual plano diretor.

Após o cálculo do total de habitantes feito para a ilha toda, foram calculados os totais estimados de habitantes para cada distrito administrativo.

Sobre o mapa base contendo o zoneamento do Plano Diretor de Florianópolis, foram delineados os contornos de todos os distritos administrativos da Ilha, a saber, 12 distritos: Sede, Santo Antonio de Lisboa, Rationes, Canasvieiras, Cachoeira do Bom Jesus, Ingleses do Rio Vermelho, São João do Rio Vermelho, Barra da Lagoa, Lagoa da Conceição, Campeche, Pântano do Sul, Ribeirão da Ilha.

A partir do contorno de cada distrito foram obtidas:

_a sua respectiva área total

_as áreas ocupadas por cada Área de zoneamento do Plano Diretor, contidas no distrito.

Em seguida esses valores de áreas foram convertidos para hectares por simples regra de três, e então o número de hectares foi multiplicado pelo índice de Densidade Demográfica presente na tabela de Limites de Ocupação presente no Plano Diretor de Florianópolis, obtendo-se assim um total de habitantes para cada área de zoneamento contida no distrito.

Somando-se todas as áreas de zoneamento de um distrito obtém-se o total de habitantes para o mesmo. Subtraindo-se desse total o total de habitantes da APL (por tratar-se de uma área com maiores restrições quanto à sua ocupação) e dividindo-se esse resultado pela área total ocupável (total do distrito – APP – APL) obtém-se um índice de densidade demográfica média bruta. Esse índice ainda não é capaz de demonstrar fielmente a realidade pois não leva em consideração áreas ocupadas por sistema viário e áreas como parques, e locais que não possuem efetiva ocupação. Se fossem subtraídos esses tipos de áreas seriam obtidas taxas de densidade demográficas mais altas e aproximadas da realidade.

A partir desses dados foram montadas tabelas contendo as áreas em hectares, as densidades previstas pelo Plano Diretor e os totais estimados de habitantes.

Depois de prontas as tabelas de densidades por distrito foram comparadas com a tabela de densidades

geral da Ilha de Santa Catarina, e então foram feitas revisões com o intuito de minimizar as imprecisões e corrigir eventuais erros de cálculo.

RESULTADOS E CONCLUSÕES

Como resultado dos procedimentos acima citados, segundo os índices previstos no plano diretor foi obtido um total de **1.220.413,3** habitantes em todo o território da Ilha de Santa Catarina, excetuando-se os habitantes previstos para as áreas de APL (por ser uma área com maiores restrições quanto à ocupação) que somariam mais 91.870,80 habitantes.

	Área em Hectares (ha)	Densidade (Hab/Ha)	média Número de Hab. da Área
APP	16.893,33	não possui	0
APL	6.124,72	15	91.870,80
AER	7.004,95	10	70.049,50
AVL	442,21	não possui	0
AVP	14,81	não possui	0
AVV	8,37	não possui	0
AMR	64,26	185	11.888,10
AMS	236,21	175	41.336,75
ASE	202,77	225	45.623,25
AST	857,76	não possui	0,00
APT	188,21	160	30.113,60
ACI	519,02	não possui	0,00
ARE - 1	37,95	15	569,25
ARE - 2	97,92	20	1.958,40
ARE - 3	325,12	40	13.004,80
ARE - 4	237,04	85	20.148,40
ARE - 5	1.001,00	135	135.135
ARE - 6	560,83	165	92.536,95
ATE - 1	31,26	215	6.720,90
ATE - 2	34,50	390	13.455
ATR - 1	87,92	40	3.516,80
ATR - 2	58,27	85	4.952,95
ATR - 3	888,88	145	128.887,60
ATR - 4	30,17	175	5.279,75
ATR - 5	23,09	420	9.697,80
ATR - 6	2,17	745	1.616,65
ATR - 7	23,08	975	22.503
AMC - 1	127,67	230	29.364,10
AMC - 2	7,26	255	1.851,30
AMC - 3	31,10	530	16.483
AMC - 4	64,78	710	45.993,80
AMC - 5	7,00	855	5.985
AMC - 6	71,60	1095	78.402
ARP - 0	319,69	325	103.899,25
ARP - 1	79,30	40	3.172
ARP - 2	178,75	85	15.193,75
ARP - 3	760,18	145	110.226,10
ARP - 4	54,60	175	9.555
ARP - 5	252,03	420	105.852,60
ARP - 6	38,24	745	28.488,80
ARP - 7	7,13	975	6.951,75
			Total estimado de habitantes:
			1.312.284

O total de habitantes foi dividido pela área total de territórios urbanizáveis, excetuando-se as áreas de APL, para assim obter uma densidade demográfica média para a Ilha. A média resultante foi de 81,5 hab/ha, o que é considerado um índice de densidade demográfica baixo, não acusando, num primeiro olhar, um quadro de ocupação preocupante. Ao tempo que sabemos que na realidade se lida com uma situação bastante delicada.

É notável que a densidade demográfica média obtida nos resultados não condiz com a real capacidade de ocupação do território da Ilha de Santa Catarina, sendo que a maneira mais geral em que ela é calculada não deixa a mostra as reais pressões de ocupação que ocorrem no território do município. A razão pela qual essa inconsistência ocorre encontra suas explicações nas características do local.

Em primeiro lugar vem o fator relevo. A Ilha possui seu território cortado por maciços, morros e áreas de preservação permanente (APP), que fazem limite com áreas urbanas, tornando esses limites, na maioria dos casos, bastante imprecisos e difíceis de fixar.

Ainda como conseqüência do relevo e dos diferentes tipos de ecossistemas presentes, que podem ora facilitar ora dificultar a ocupação, as áreas urbanizáveis não são uniformemente distribuídas pelo território. Existe um claro contraste entre zonas de alta densidade demográfica (como Centro, Barra da Lagoa, e os balneários do norte da Ilha) e zonas de baixa densidade demográfica (como a região do rio Vermelho e alguns balneários do sul da Ilha), criando assim, pólos populosos entremeados de vazios urbanos.

Neste estudo está sendo utilizado um cálculo de densidade bruta, simplesmente dividindo o número de habitantes pela área total urbanizável, sem excluir dessa área os espaços públicos, áreas verdes (parques, praças), áreas ocupadas por sistema viário, ou seja, os espaços livres de edificação. Se subtraídos da área total, a densidade demográfica aumentaria, aproximando-se mais da realidade.

Assim conclui-se que não se pode calcular uma densidade média geral para o território da Ilha, por ser ele irregular bastante heterogêneo. Para obter-se uma análise mais precisa e coerente das densidades demográficas previstas no plano diretor e sua adequação ou não à realidade da Ilha de Santa Catarina, fez-se necessário o estudo feito com o território dividido por distritos, que resultou na seguinte tabela:

Distrito	Número de habitantes previsto - P.D.	Densidade Média Bruta (hab/ha)
Canasvieiras	141.099	52,2
Cachoeira do Bom Jesus	89.646	62
Inglese	80.754,25	71,16
Rio Vermelho	28.730	21,95
Barra da Lagoa	13.969,35	67
Lagoa da Conceição	52.951,50	53,24
Campeche	150.474,60	58,3
Pântano do Sul	68.117,88	48
Ribeirão da Ilha	94.200,90	44,27
Santo Antônio de Lisboa	45.872,95	39,2
Ratones	22.499,75	12,7
Sede	521.713,85	193,74
Total estimado de habitantes:		
1.310.030		

Nestes valores novamente não foram consideradas as áreas de parques, sistema viário, enfim, as áreas que não possuem ocupação efetiva, por isso ainda se distanciam um pouco da realidade. Porém fazendo comparações podemos notar grandes diferenças na distribuição da população pelos distritos. Enquanto alguns, como o Distrito Sede é bastante densificado, outros, cujos melhores exemplos são o Distrito de Ratones e o de Rio Vermelho, possuem densidade baixíssima. Isso prova o que já havia sido levantado anteriormente de que a ocupação na Ilha não se dá de forma uniforme, não somente pela questão do relevo, mas também pelo fato de as pessoas se concentrarem preferencialmente nas zonas centrais e balneários, criando grandes concentrações nos locais mais populares ou de maior valor comercial e deixando vazios outros espaços (geralmente mais no interior da Ilha) que seriam passíveis de ocupação. Uma melhor distribuição da população, aproveitando os locais menos densificados e que apresentam ainda um potencial de crescimento poderia auxiliar no “desafogamento” de algumas áreas e prover uma maior homogeneidade (dentro dos limites físicos/naturais impostos) na ocupação do território insular. Vale

lembrar que é preciso um planejamento focado em prever a ocupação dos territórios ainda pouco aproveitados, provendo infra-estrutura e limites que estabeleçam uma ocupação sustentável, para evitar maiores problemas futuros. E nos distritos que já apresentam uma saturação no limite ou acima dele são necessárias providências para controlar ou até mesmo em alguns casos suprimir o crescimento da ocupação no local.

O que há de mais válido nesse estudo focado em densidades demográficas são as pistas que ele nos dá de como deve ser feito o planejamento: o que fazer, o que não fazer e o mais importante: aonde fazer. Serve de termômetro, que deve ser medido de tempos em tempos a fim de que possa se ter uma visão geral e sempre atualizada da compatibilidade ou não com as tendências do crescimento populacional, oferecendo dessa forma as bases para que se possa planejar, prever e controlar na medida do necessário este crescimento. Vale lembrar que em termos de planejamento urbano não se deve levar em consideração somente uma variável, afinal centros urbanos são organismos complexos que precisam ser estudados dos mais diversos pontos de vista possíveis, dentro disso a densidade demográfica é uma das variáveis importantes, mas que não pode ser tomada isoladamente.

BIBLIOGRAFIA

LEITE, Maria Angela Faggin Pereira; *Novos valores: Destruição ou Desconstrução?* Questões de Paisagem e Tendências de Regionalização.1992. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da universidade de São Paulo.São Paulo.1992.

CIMA – Comissão Interministerial para a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Subsídios técnicos para a elaboração do relatório nacional do Brasil para CMUMAD – versão preliminar.* Brasília: CIMA, jul.de 1991. Pág.125, item 7.9

LEFEBVRE, Henry; *O direito à cidade;* São Paulo: Ed.Moraes, 1991.

YI-FU, Tuan; *Espaço e Lugar. A Perspectiva da Experiência;* São Paulo: Difel, 1983.

SANTIAGO, Alina Gonçalves; *Enviroment, Tourisme et Aménagemenet.* L'Impératie d'une Conciliation.1995. 331p. Tese (Doutorado) Université de Paris I Panthéon – Sorbonne; Novembre 1995.

CECCA; *Uma cidade numa ilha:* relatórios sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina; Florianópolis; Insular; 1997.

QUARTIEIRO, Márcia e ABDALA, Isabela; *Atrás de Maurício:* O Brasil melhora no ranking da ONU, mas continua com uma péssima distribuição de renda.Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe/economia/151142.htm>> Acesso em: 08 fev. 2006.

DE LA TORRE, O. *El turismo, fenómeno social.* México, Fondo de Cultura Económica, 1992.

FUSTER, F. L. *Teoria y técnica del turismo.* Madri, Nacional, 1947, vols.I e II.

Lei N° 10257, de 10/07/2001 – Estatuto da Cidade. “ Capitulo III - Do Plano Diretor: Art. 40 § 3° A lei que instituir o Plano Diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos”

Florianópolis. Prefeitura Municipal . IPUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. *Plano Diretor do Distrito Sede do Município de Florianópolis.* Florianópolis. IPUF, 1998. 238p.